

Senadores rejeitam aumento de impostos. Palocci concorda

Em debate na CCJ, ministro critica a guerra fiscal entre estados e afirma que governo não pretende aumentar a carga tributária, possibilidade que preocupa os senadores. Audiências sobre a reforma tributária prosseguem hoje com empresários e sindicalistas. Governadores serão ouvidos segunda-feira



Marcia Kalume

Manifestação contra emenda paralela

Dirigentes sindicais e senadores da oposição realizaram ontem manifestação contra a proposta de emenda constitucional paralela sobre a reforma da Previdência. O autor da emenda, senador Tião Viana, pediu correção em artigo do texto que se refere à contribuição previdenciária dos servidores estaduais.

Páginas 4 e 5

CPI deve voltar aos EUA para apurar evasão

Novos documentos descobertos em Nova York sobre a evasão ilegal de dólares podem levar os integrantes da CPI do Banestado a fazer uma segunda viagem aos Estados Unidos.

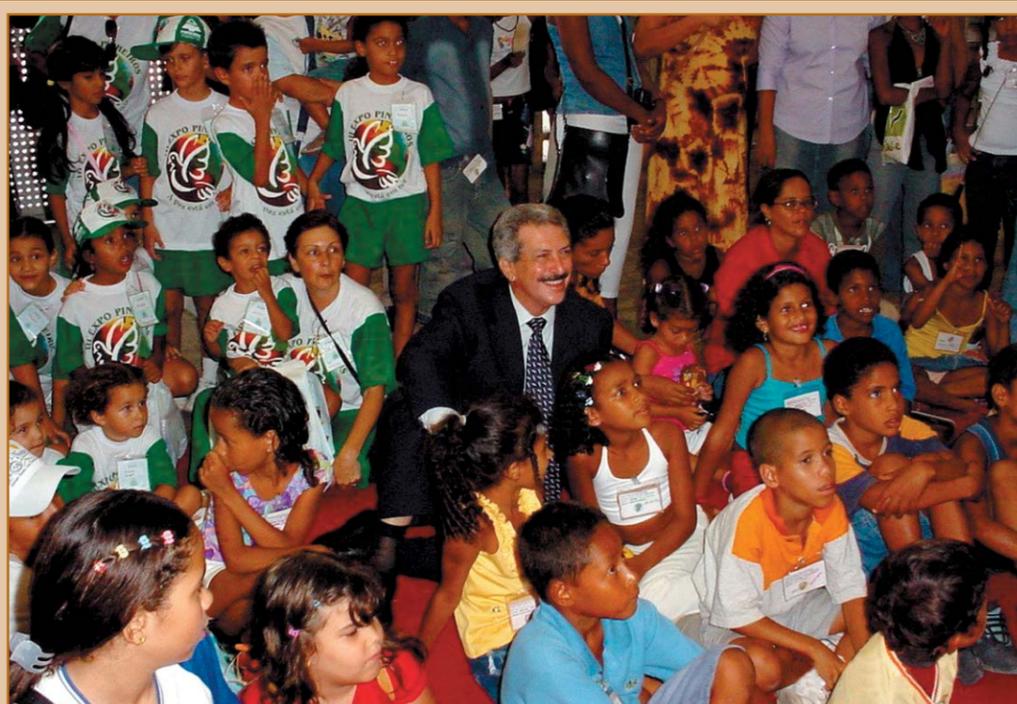
Página 3

Comissão quer rigor contra abuso sexual

Proposta para ampliar combate à exploração de menores foi motivo de debate, em Foz do Iguaçu, entre membros da CPI mista e parlamentares da Argentina e do Paraguai.

Página 2

Divulgação



ALEGRIA Senador Tuma sentou-se no chão, entre as crianças, para ver um espetáculo de mamulengo

Senado doa livros em braile para deficientes do Recife

Durante a 4ª Bienal do Livro, o 1º secretário Romeu Tuma entregou coleções em braile, editadas pelo Senado, a entidades de assistência a deficientes visuais.

Página 6

Senadores reagem a inspeção no Judiciário

Sugestão de relatora especial das Nações Unidas motivou críticas, em Plenário, de Ramez Tebet, Arthur Virgílio e Alvaro Dias. Tebet sugeriu que Senado emita nota de repúdio.

Página 8



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Rádio Senado lança programa sobre deficientes

A Rádio Senado estreia amanhã o programa *Você é Especial*, com temas ligados aos portadores de deficiência, como parte das ações do Senado para inclusão desse segmento na sociedade, será exibido às 8h, na frequência 91,7MHz e disponível pela Internet no endereço www.senado.gov.br/radio.

A apresentação mescla radiodramaturgia e jornalismo, e tem a participação de Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, e de Eneida Nogueira, diretora de Ensino Especial da Secretaria de Educação do DF.

Sarney fala em universidade na Espanha

O presidente do Senado, José Sarney, viaja hoje à Espanha, iniciando visita oficial sem ônus para a Casa. Ele foi convidado a proferir palestra na sessão inaugural do curso 2003-2004 da Cátedra Albertino de Figueiredo de Pensamento Econômico e Social, na Universidade de Santiago de Compostela.

A agenda de Sarney inclui encontros com a direção da Fundação Camilo Jose Cela; com o presidente da Junta da Galiza, dom Manuel Iribarne; e com o embaixador brasileiro em Madri, Osmar Chohfi. O senador volta a Brasília na próxima quarta-feira.

Ontem, Sarney recebeu Manoel Severino dos Santos, presidente da Casa da Moeda do Brasil, que vai cunhar a medalha comemorativa dos 180 anos do Legislativo.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares, não havendo votação de matérias. Os primeiros inscritos para subir à tribuna são a

senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) e o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados pela TV e pela Rádio Senado.



Empresários e sindicalistas debatem reforma tributária na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública sobre a proposta de reforma tributária hoje, às 10h, com representantes do empresariado e de sindicatos. Estarão presentes, entre outros, os presidentes da Federação das

Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva; da Confederação do Comércio, Antônio Oliveira dos Santos; e da Central Única dos Trabalhadores, Luiz Marinho. Na segunda-feira, a comissão deve debater o tema com os governadores.

Subcomissão da Amazônia ouve o ministro Ciro Gomes

Na terça-feira, às 10h, a Subcomissão Permanente da Amazônia ouve o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (foto), em audiência pública. O debate com os senadores será sobre o



programa Amazônia Sustentável, o Plano Plurianual 2004-2007 e outros projetos para o desenvolvimento da região. A subcomissão é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Servidores dos Legislativos debatem uso da informática



Termina hoje o 8º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (eni@). O evento, que ocorre no Hotel Nacional, em Brasília, é voltado para funcionários dos Legislativos federal, estadual e municipal, e

discute a utilização da informática como forma de aproximação com o cidadão, além do uso de softwares livres e segurança da informação. A programação completa pode ser obtida na Internet: www.enial.com.br.

Debate sobre terras indígenas na TV Senado

No programa *Cidadania*, exibido hoje pela TV Senado, às 19h30, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) debate com o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Guimarães, sobre demarcação de terras indígenas. Às 20h30, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) discute propostas para a educação no programa *Entrevista*.



180 anos do Congresso

Nos dias 13 e 14 de novembro será realizado seminário em comemoração aos 180 anos do Legislativo, que contará com painéis dedicados à reforma política e ao pacto federativo. As inscrições podem ser feitas pela Internet, no endereço www.senado.gov.br.

ILB e Unilegis em exposição

A Senado Galeria, no Anexo I do Senado, promove, até o dia 24 de outubro, exposição institucional do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). O evento faz parte das comemorações dos 180 anos do Congresso.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ALTERNATIVAS Patrícia debateu com parlamentares da triplíce fronteira mudanças nas leis

CPI quer mais rigor contra abuso sexual

Os integrantes da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes se encontraram ontem, em Foz do Iguaçu (PR), com parlamentares da Argentina e do Paraguai. A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), acompanhada da relatora, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), debateu possíveis mudanças na legislação adotada pelos países vizinhos para combater o crime.

– Esse é nosso primeiro encontro. A partir de agora teremos laços mais próximos com esses países, o que nos ajudará a construir uma legislação que seja capaz de enfrentar a impunidade nos crimes ligados à exploração sexual – disse a senadora à Rádio Senado.

Para a parlamentar, é preciso unificar estratégias de combate a esse tipo de violência, e isso passa por um aperfeiçoamento da legislação do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Patrícia lembrou que estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 3,5 mil crianças e adolescentes sejam vítimas do tráfico e exploração sexual na triplíce fronteira.

Campanha

Em Foz do Iguaçu, os parlamentares que integram a CPI também participaram do lançamento de uma campanha de combate à exploração sexual de menores. A iniciativa, apoiada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e pela rede de hotéis da região fronteiriça, foi saudada por Patrícia Saboya.

A CPI também tomou, em audiência pública na Câmara de Vereadores da cidade, depoimentos relacionados a denúncias de tráfico de meninas e exploração sexual nas boates de Foz do Iguaçu. A comissão já realizou diligências em 13 cidades brasileiras.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Heráclito protesta contra dedução nas cotas do Fundef no Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou ontem contra decisão do Ministério da Fazenda de deduzir R\$ 11 milhões das cotas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) destinadas aos municípios piauienses. Segundo Heráclito, a alegação é que os valores foram repassados a mais no ano passado.

– Ainda que seja verdade, será que essa é a única solução possível? Não seria melhor, em primeiro lugar, fazer um ajuste de contas e, somente então, buscarmos a melhor maneira de compensar, sem inviabilizar a economia dos municípios?



Sem acordo, pauta segue obstruída

A pauta de votações do Plenário do Senado permanece obstruída pelo projeto de lei de conversão (PLV nº 24/2003) que altera a Medida Provisória nº 127, de 2003. A matéria não foi apreciada ontem por falta de acordo de lideranças partidárias. O PLV trata da criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, por meio de empréstimos do BNDES.

CPI vai apurar contrabando de soja no país

Por iniciativa do senador João Capiberibe (PSB-AP), foi criada a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar o contrabando de soja transgênica no Brasil. Na próxima semana, os líderes partidários irão indicar, de forma proporcional ao tamanho das bancadas, os membros titulares e suplentes da CPI. Pela tradição, o parlamentar que propõe a criação da comissão é indicado ou como relator, ou como presidente.

Lando lembra morte de herói da colonização de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou os 25 anos da morte do capitão Sílvio Gonçalves de Faria, um dos responsáveis pela distribuição de terras a migrantes que chegaram de vários pontos do país para formar o então território de Rondônia, transformado em estado em 1981.

– O capitão Sílvio, um herói nacional, foi daqueles personagens que fazem a história – disse o senador.

Lando afirmou que o militar fez justiça social em uma terra ainda rude, assentando milhares de famílias, e, depois do marechal Rondon, foi o personagem mais importante para Rondônia.



José Jorge critica a reação do controlador-geral no caso Benedita



O senador José Jorge (PFL-PE) disse ter estranhado a reação do ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, à viagem realizada pela ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, para participar de um encontro evangélico na Argentina. Como a viagem foi custeada pela União, Pires recomendou a devolução do dinheiro gasto aos cofres públicos e classificou o episódio não como um caso de corrupção, mas como um desvio de natureza ética.

– Se o próprio controlador-geral defendeu Benedita, quem é que vai acusá-la? – indagou o senador, que condenou a tentativa da ministra de agendar, "na última hora", um encontro com a ministra da Ação Social da Argentina, Alicia Kirchner, para justificar a viagem.

CPI do Banestado decide ir novamente aos EUA

■ Descobertas feitas pelos promotores de Nova York desvendam trilha dos dólares remetidos ilegalmente

José Cruz



CRONOGRAMA Antero definiu ontem viagens de diligências da comissão

A CPI do Banestado precisará voltar a Nova York (EUA), informou o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), na reunião de ontem. Ele revelou que documentos sobre a movimentação bancária da conta Lespan, que teria recebido depósitos de mais de US\$ 12 bilhões, começaram a chegar à promotoria de Nova York.

Em agosto, quando os deputados e senadores brasileiros viajaram aos EUA, eles recomendaram ao Congresso americano e à promotoria de Nova York que

fosse investigada a *off-shore* uruguaia Lespan, que tinha contas na agência do Banestado naquela cidade e em Foz do Iguaçu (PR) e mantinha intensas relações financeiras com outra *off-shore*, a Beacon Hill.

De volta ao país, os parlamentares trouxeram na бага-

gem documentos cedidos pelos promotores nova-iorquinos sobre a Beacon Hill, com sede em Nova York, por onde passaram mais de US\$ 10 bilhões que saíram ilegalmente do Brasil. As movimentações nas contas Lespan e Beacon Hill eram feitas por grandes doleiros do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Ficou definido o calendário das subcomissões que farão diligências por alguns estados e cidades brasileiras: Santa Catarina, 13, 14 e 15 de outubro; São Paulo, 16, 17 e 18 de outubro; São José do Rio Preto (SP), 20, 21 e 22 de outubro; Campinas (SP), 23, 24 e 25 de outubro; Rio de Janeiro, 26, 27 e 28 de outubro; Curitiba, 30 e 31 de outubro e 1º de novembro; Belo Horizonte, 3, 4 e 5 de novembro.

Costa questiona dívida de Minas com a União

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) questionou ontem os termos do acordo firmado entre Minas Gerais e a União para o pagamento da dívida do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e apresentou projeto de lei (PLS nº 83/2003) que altera o artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para permitir a renegociação de contratos "que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro alterado por perturbações no cenário macroeconômico, reconhecidas pelo Senado Federal".

Hélio Costa explicou que os contratos prevêem a correção da dívida pelo Índice Geral de



Roosevelt Pinheiro

PROJETO Costa quer permitir renegociação se for alterado o equilíbrio financeiro do contrato

Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), mas as receitas dos estados crescem no ritmo dos preços ao consumidor, pois

suas receitas são constituídas principalmente pelo ICMS.

– Entre março de 1998, quando vários estados assinaram os contratos, e março de 2003, o IGP-DI variou 89,4%, enquanto o IPCA elevou-se em 43,7% – lembrou.

O senador disse que Minas Gerais renegociou em março de 1998 um montante de R\$ 15 bilhões e vendeu vários bancos e empresas, além de comprometer 13% da receita líquida do estado com o pagamento de R\$ 130 milhões por mês à União.

– Apesar de todo esse esforço, o montante de sua dívida, ao invés de reduzir, já ultrapassa a cifra de R\$ 31 bilhões – assinalou o senador.

Alvaro elogia os 50 anos da Petrobras

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou os 50 anos de criação da Petrobras, comemorados no último dia 3, afirmando que, ao assinar a Lei 2.004, que criou a empresa, o então presidente Getúlio Vargas escreveu "um capítulo fundamental da história econômica brasileira, ao mesmo tempo em que deu uma resposta firme aos adversários da emancipação nacional".

Alvaro Dias mencionou a mobilização nacional que le-

vou à criação da empresa, com a campanha "O petróleo é nosso", destacando a ação de militares como os generais Estilac Leal, Leônidas Cardoso, Felicíssimo Cardoso – estes últimos respectivamente pai e tio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – e Horta Barbosa. O senador paranaense destacou, ainda, a criação, pelo presidente Vargas, da Assessoria Econômica da Presidência – dirigida pelos economistas Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira

–, órgão de onde nasceu o projeto, depois aprovado pelo Congresso Nacional, que permitiu a criação da Petrobras.

O senador homenageou também pioneiros como Oscar Cordeiro, que descobriu, em Lobato (BA), o primeiro poço de petróleo no Brasil, em 1939, calando os que duvidavam de sua existência; o general Horta Barbosa, que na década de 40 fundou e presidiu o Conselho Nacional do Petróleo; e o geólogo Pedro Moura.

REFORMAS

Ministro da Fazenda abre, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a série de audiências públicas em torno da proposta de mudanças no sistema tributário já aprovada pela Câmara dos Deputados

Carga tributária diminuiu em 2003, diz Palocci em debate no Senado

Ministro afirma que reforma proposta pelo governo vai melhorar o quadro de distribuição de renda no país

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci informou que neste ano “houve uma efetiva redução” do peso dos tributos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), indicador da geração de riqueza no país. Os dados revelados pelo ministro aos senadores, durante audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a proposta de reforma tributária, mostram um recuo de 23,7% do PIB, no acumulado até o terceiro trimestre de 2002, para 21,4% ve-



DEFESA Antonio Palocci (ao lado de Lobão e Jucá) contesta na CCJ suposta elevação da carga dos tributos para 40% do PIB

rificados no mesmo período deste ano.

Com esse estudo, Palocci procurou contestar informações divulgadas na imprensa sobre a suposta elevação da carga tributária no Brasil para 40% do PIB. A arrecadação federal, observou o ministro, su-

biu em valores nominais de R\$ 218,3 bilhões para R\$ 242,4 bilhões no período comparado, enquanto o PIB evoluiu de R\$ 920,5 bilhões para R\$ 1.130,9 bilhões no acumulado dos três trimestres deste ano.

Palocci utilizou os números para mostrar a disposição do

governo federal de não elevar a carga tributária, rebatendo as críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 74/03, em tramitação no Senado. Ele salientou que essa redução da carga de tributos não ocorreu sem um grande esforço fiscal, representado pelo corte inicial de R\$ 14 bilhões no Orçamento da União de 2003 e o que ocorreu em caráter suplementar neste mês.

O ministro disse que a reforma precisa ser feita para melhorar “o quadro de distribuição de renda no país”. Os gastos sociais do governo, continuou, têm aumentado em relação ao PIB. Mas a regressividade da estrutura tributária, afirmou, acaba atuando no sentido contrário dos programas de transferência direta de renda do governo.

Comissão vai promover mais três audiências

A proposta de reforma tributária será objeto de nova audiência pública hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h, com a presença de representantes de entidades empresariais e sindicais.

Na segunda-feira, às 14h30, deverão comparecer a audiência da CCJ governadores de cinco estados representativos das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Finalmente, na terça-feira, às 17h, realiza-se a última audiência, que terá a participação de representantes dos municípios e especialistas indicados pelas lideranças partidárias.

O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), já anunciou sua intenção de entregar até quarta-feira a proposta preliminar alternativa ao texto aprovado pela Câmara. Segundo Jucá, cerca de um quarto da reforma deverá ser modificado.

Risco de elevação de impostos gera debate

O temor de que a reforma proposta pelo governo represente aumento da carga tributária foi um dos temas mais debatidos pelos senadores durante a audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reconheceu que a carga tributária é alta no Brasil, mas negou por diversas vezes que a proposta de reforma em tramitação no Senado venha a representar aumento da tributação.

– Concordo que a carga brasileira, comparada com países semelhantes, está acima da média. Devemos fazer esforço em médio e longo prazos para darmos ao país uma carga tributária menos restritiva. Este governo já cortou R\$ 14 bilhões do Orçamento, espero que consigamos não precisar aumentar carga tributária, mas muitas vezes o aumento de carga é necessário – afirmou o ministro.

Palocci lembrou que a reforma traz alterações de alguns tributos para cima e de outros para baixo. O ministro defendeu dois pontos da reforma que poderão redundar em aumen-



RESTRIÇÃO Jefferson observou que o momento de recessão não é indicado para a reforma

to: a cobrança de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para aviões e barcos e a taxação de grandes heranças, para melhorar a distribuição de renda.

O ministro concordou com a afirmação do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de que este momento de recessão econômica seria péssimo para uma grande reforma tributária, mas apontou a importância de se realizar uma reforma simples, aumentando a taxação sobre produtos importados e desonerando as exportações.

“Decisão é de não aumentar tributos”

Durante a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio Palocci, disse, em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – autor do requerimento solicitando a presença do ministro na comissão –, que nos últimos anos a carga tributária aumentou muito, mesmo sem qualquer reforma no setor. “Pode ser que no nosso governo tenhamos essa necessidade no futuro, mas agora temos a firme decisão de não aumentar a carga”, garantiu.

Palocci afirmou que um orçamento impositivo garantirá a estabilidade ou a diminuição da carga tributária. Ainda respondendo a questionamentos de Antonio Carlos, Palocci explicou que legislações diferentes em cada estado tornam difícil o sistema de arrecadação e dificultam a fiscalização. Jorge Bornhausen (PFL-SC) também expressou sua preocupação com a possibilidade de aumento da carga tributária e pediu que o ministro acate emendas apresentadas à reforma que têm por objetivo evitar o problema.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta de reforma

tributária, sugeriu ao ministro a vinculação de um piso de investimentos federais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Fernando Bezerra (PTB-RN) também manifestaram preocupação com a disparidade de investimentos nas regiões brasileiras. O ministro respondeu que, de fato, o governo investe um pouco menos de 20% do total nas três regiões, e disse achar saudável o Senado ampliar esses valores.

Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu ao ministro mais recursos para a conservação das estradas, especialmente os oriundos da Contribuição de Inter-

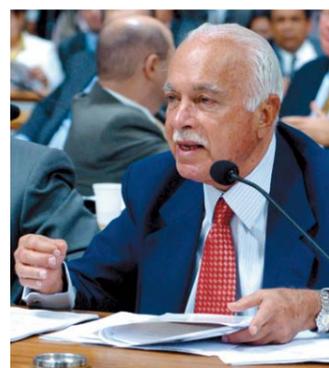
venção no Domínio Econômico (Cide). Palocci lembrou que os recursos federais estão escassos.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que o Executivo não está abrindo mão de uma proposta global de reestruturação dos impostos nacionais. Mercadante pediu que, na retomada da capacidade de investimentos dos estados, seja dada prioridade às estradas.

Quanto à Zona Franca de Manaus, o ministro afirmou para Mercadante que a reforma deve garantir a manutenção das características atuais da região.



DEBATE Serys Slhessarenko pede recursos da Cide para estradas e Antonio Carlos Magalhães defende orçamento impositivo



REFORMAS Em mais um dia de debates sobre mudanças, Palocci defende o fim da guerra fiscal. Senadores petistas e da oposição fazem reparos ao encaminhamento da votação de mudanças na Previdência

Palocci apóia ICMS unificado e critica guerra fiscal

O Congresso Nacional não deve perder a oportunidade de unificar as legislações estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e desonerar as camadas mais pobres da população. Ao defender essa posição ontem, em audiência pública, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sugeriu aos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que a questão de se alterar a tributação do ICMS, do estado de origem para o de destino da mercadoria, seja discutida em outra oportunidade.

O ministro lembrou que o ICMS é o tributo de maior arrecadação no país e que a redução desse imposto indireto é o melhor caminho para beneficiar a população mais pobre.

– Mexer no Imposto de Renda não altera a tributação das famílias pobres. Apenas 6,5% da população economicamente ativa pagam esse imposto – afirmou. Palocci condenou o comportamento dos estados que estão anunciando benefícios fiscais às importações. Disse que a reforma precisa superar esse tipo de guerra fiscal, que é “altamente negativa para o Brasil, gerando perda significativa de empregos no país”, porque gera distorções que prejudicam a produção nacional.

Senadores manifestam preocupação

A possibilidade de que os estados venham a perder recursos com a reforma tributária foi a principal preocupação dos senadores na audiência pública com o ministro



Antonio Palocci. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse temer que o fundo de compensação pela perda de receitas de estados e municípios acabe afetando o Fundo de Participação de Estados e dos Municípios. Respondendo a Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – foto –, o ministro negou que o governo pretenda compensar estados industrializados pelas perdas com a redução do ICMS sobre os bens de produção. Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou investimentos na metade sul do Rio Grande do Sul. O senador disse que vai tentar incluir, na reforma tributária, sua proposta que cria fundo para investimentos na região (PEC nº 66/2003).

Ato contra emenda paralela reúne sindicalistas e senadores

Dezenas de dirigentes sindicais e senadores da oposição participaram ontem à tarde, em uma das salas de reunião do Senado, de ato contra a emenda constitucional paralela sobre a reforma da Previdência, apresentada pelo relator da reforma previdenciária, senador Tião Viana (PT-AC). Também participaram da manifestação senadores do PT – Paulo Paim (RS), Serys Slhessarenko (MT) e Heloísa Helena (AL).

Em discurso aos manifestantes, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), sustentou que “a reforma da Previdência no Senado virou o samba do crioulo doido”, por causa da emenda paralela. Afirmou que o texto dessa emenda alternativa “contém coisas que não foram negociadas com os líderes partidários e não incluiu coisas conversadas”. Ele disse ter desconfiança se o governo colocará mesmo em votação de urgência, na Câmara, a reforma paralela depois de aprovada e promulgada a reforma da Previdência.

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), taxou a emenda alternativa de “esdrúxula” e observou nunca ter visto, em seus nove anos de Senado, o governo tomar esse caminho.

– Quem garante que essa emenda será



PROTESTO Manifestação no Senado mobilizou parlamentares de diferentes partidos contra a proposta do relator

votada pelos deputados? E se os deputados fizerem mudanças em seu texto? Nesse caso, ela voltaria ao Senado? Parece-me que isso pode virar um jogo de faz-de-conta – assinalou.

Já Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado, acusou o governo de “tentar fazer os senadores de ovelhas, procurando dividi-los para devorá-los”. Observou que muitos senadores estão votando com o governo na esperança de ver aprovadas as mudanças que estão sendo incluídas na emenda paralela.

Paulo Paim disse que a bancada do PT

não se reuniu para deliberar sobre a apresentação da emenda paralela. Sustentou que o governo, “se quer aprovar a reforma da Previdência, deve enfrentar quem é contra no voto de Plenário”, e lembrou ter apresentado 21 emendas à reforma. Serys Slhessarenko, que apresentou 12 emendas, afirmou que assinou a emenda

paralela pensando que se tratava de uma emenda comum à reforma tributária. Heloísa Helena criticou a reforma da Previdência porque, entre outras coisas, “nada faz para os 40 milhões de brasileiros que não têm acesso ao sistema previdenciário”.

Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou que estava apresentando requerimento pedindo a tramitação conjunta da reforma previdenciária com a emenda paralela, como prevê o regimento do Senado. Com isso, uma delas será aprovada e a outra prejudicada, explicou.

Tião Viana pede correção de artigo do texto

O líder do PT no Senado e relator da reforma da Previdência, Tião Viana (AC), informou ao Plenário ter encaminhado expediente à Secretaria Geral do Senado pedindo correção em um artigo da emenda paralela que trata da Previdência Social.

Pelo novo texto, os estados só poderão cobrar menos que 11% de contribuição previdenciária de seus servidores, ativos e inativos, se estiverem baseados em avaliação atuarial que considere receitas de contribuição e despesas. A redação inicial previa que os estados poderiam cobrar mais que os 11% adotados pela União, desde que mostrassem que isso seria necessário para o equilíbrio financeiro e atuarial das previdências estaduais e municipais.

Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou em entrevista que será alterado outro artigo da emenda paralela, para deixar claro que pensionistas com doenças incapacitantes só terão redutor de 30% sobre os valores que ultrapassarem R\$ 4.800. Esses mesmos pensionistas doentes também não pagarão contribuição previdenciária de 11% até o limite de R\$ 4.800.

Demostenes quer tramitação conjunta das propostas



Demostenes apresentou requerimento

Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou requerimento ontem solicitando a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 67 e 77, ambas de 2003, que tratam de alterações nos regimes geral e público da Previdência Social. Ele fundamenta seu pedido nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado, que possibilita a adoção da medida na hipótese de haver dois ou mais projetos em tramitação regulando a mesma matéria. A primeira emenda é a que foi aprovada pelos deputados e pela CCJ do Senado, enquanto a segunda é a chamada emenda paralela.

Alvaro Dias (PSDB-PR), César Borges (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiaram, em aparte, o requerimento de Demostenes. Magno Malta (PL-ES) afirmou que o governo passado não realizou as reformas “porque não quis”.

Heloísa propõe mudanças na Previdência

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu ontem duas emendas que está apresentando à reforma da Previdência. A primeira determina que o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá assumir a responsabilidade de fazer cumprir a cláusula que impõe um teto remuneratório para o setor público federal. A outra emenda impede que os governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal repassem recursos aos institutos de previdência dos parlamentares, para pagamento de aposentadorias e pensões de qualquer espécie. Segundo ela, as emendas combatem privilégios.

Dia da Consciência Negra será feriado em Porto Alegre

Ao comunicar ao Plenário que a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, como feriado municipal, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a data representa a vitória mais extraordinária do movimento negro brasileiro e homenageia Zumbi dos Palmares. Ele cumprimentou o vereador gaúcho Haroldo de Souza (PMDB) pela iniciativa e informou que o 20 de novembro já é feriado também em Pelotas e no Rio de Janeiro.

Paim afirmou que Zumbi dos Palmares não integra a história oficial do Brasil, que sempre subestimou o negro como agente histórico, e a decisão é resultado de um resgate coletivo do movimento negro.

– Um povo sem passado não tem futuro. Zumbi é o nosso passado e a força, a energia que nos impulsiona para um futuro de justiça e dignidade para o nosso povo – afirmou.



Roosevelt Pinheiro

PRÊMIO Paim receberá em Porto Alegre homenagem por sua luta em defesa dos negros

O senador lembrou que Zumbi é um dos heróis do povo brasileiro graças a proposta da ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, quando exercia o mandato de senadora.

Paim agradeceu ao vereador Raul Carrion (PCdoB) pelo prêmio Quilombo dos Palmares, destinado àqueles que se destacam na construção da cidadania dos afro-descendentes, que o senador receberá na Câmara Municipal de Porto Alegre em 21 de novembro.

Ex-governador Siqueira Campos é homenageado

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade de entrega da medalha do Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados ao ex-deputado e ex-governador do Tocantins José Wilson Siqueira Campos, realizada no Salão Nobre daquela Casa.

– Trata-se do reconhecimento ao trabalho notável do ex-governador, pelo que ele fez na construção do estado do Tocantins, hoje um dos mais dinâmicos integrantes da Federação – afirmou.

Segundo Sarney, a concessão da medalha faz justiça “a um homem que teve presença muito grande como parlamentar, cuja personalidade política foi forjada dentro deste Parlamento, que hoje reconhece o grande esforço por ele realizado aqui, e que continua a realizar em seu estado”.



Jone de Araújo

RECONHECIMENTO Ex-governador Siqueira Campos (D) agradece medalha recebida

Ecad defende cobrança de 2,5% das salas de cinema

■ Subcomissão reúne órgão arrecadador de direitos autorais e exibidores para debater a questão

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de permitir a cobrança, pelo Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad), de 2,5% sobre a receita bruta da bilheteria dos cinemas, em decorrência da execução de músicas inseridas nas trilhas sonoras de filmes e audiovisuais, pode levar a Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática no Senado – que debateu o tema ontem – a recomendar a revisão de toda a legislação sobre a arrecadação de direitos autorais no país.

A superintendente do Ecad, Glória Cristina Braga, observou que a cobrança de direitos autorais nas trilhas sonoras “não é nenhuma aberração”, já que ela é cobrada na maioria dos países. Já os presidentes de duas associações dos exibido-



José Cruz

ARGUMENTOS Glória Braga (E), do Ecad, tentou justificar, durante a audiência, a exigência de pagamento pelas músicas nos filmes

res criticaram a proposta. Valmir Fernandes, da Abraplex, que reúne os cinemas do tipo multiplex, considerou a cobrança “exorbitante e indevida”. Luiz Severiano Ribeiro Neto, da Abracine, a mais antiga organização de exibidores do país, disse que as salas de cinema poderão entrar em colapso financeiro caso a medida seja implementada.

De acordo com o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da subcomissão vinculada à Comissão de Educação (CE), serão feitas novas

reuniões a fim de se conhecer o que pensam outros setores envolvidos na questão.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) também condenou a cobrança do imposto e se mostrou preocupado com uma possível evasão indevida de divisas, já que 93% dos filmes exibidos no país são estrangeiros.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse temer que os freqüentadores de cinema sejam chamados a pagar a conta. O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) considerou “uma temeridade” a cobrança.

Tuma doa livros em braille na bienal do Recife

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), entregou ontem coleções de livros em braille a entidades de assistência a deficientes visuais, no estande do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco.

Tuma salientou que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) tem tido uma atenção especial em levar aos deficientes visuais os códigos e as leis, para que eles conheçam seus direitos e os de cada cidadão.

O senador destacou também,

na participação do Senado em bienais e feiras de livros por todo o país, a aproximação da Casa com os cidadãos. Para Romeu Tuma, as pessoas comuns não sabem qual é a função do parlamentar.

– Eu me sinto muito feliz com essa infra-estrutura que o Senado tem e a política real de poder trazer à sociedade os conhecimentos que temos à nossa disposição – afirmou o senador, que se sentou no chão, junto das crianças, para assistir ao espetáculo de teatro mamulengo *O Menino sem Nome*, exibi-

do diariamente na feira do livro pelo funcionário da Seep Josias Wanzeler.

Entre os órgãos do Senado que colaboram para a difusão do conhecimento, Romeu Tuma citou o Interlegis (comunidade virtual do Poder Legislativo), o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho. O parlamentar citou o convênio para a recuperação de livros que estavam se deteriorando, destacando o grande empenho da diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira.

Ideli pede mobilização contra maus-tratos às crianças

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a situação de violência, maus-tratos e abusos sexuais a que são submetidas diariamente as crianças brasileiras não poderá ser revertida somente com ações institucionais e governamentais, mas depende da conscientização da sociedade inteira.

A senadora lamentou ontem que o tema ainda não tenha sido tratado numa novela de grande audiência, como aconteceu com a violência contra a mulher. O assunto tem sido debatido pela sociedade porque as imagens fortes conscientizam mais do que horas e horas de palestras educativas, disse.

Ela citou estatísticas sobre a infância brasileira, “dolorosa e injusta”: a cada minuto uma criança é espancada no país, 18 mil são vítimas de violência por dia e 100 delas morrem. Ao todo, são 6,5 milhões de casos de violência por ano, dos quais mais da metade dentro dos lares. Acidentes e violência do-

méstica provocam 64% das mortes de crianças e adolescentes no país, indignou-se a senadora.

Para Ideli Salvatti, ao lado da violência, o trabalho infantil e o tráfico de mulheres jovens, crianças e adolescentes são temas que assustam por sua magnitude.



Roosevelt Pinheiro

Raupp sugere programa de reflorestamento

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a adoção, pelo governo, de programa de reflorestamento e de recuperação ambiental no Brasil que leve em conta as necessidades intrínsecas de cada região. Para ele, é evidente que

a Amazônia, uma região abrangendo nove estados e quase metade do território nacional, merece atenção especial.

Para o senador Valdir Raupp, pode ser prematuro o Brasil ingressar num programa intensivo de armazenar carbono atmosférico na biomassa – o cha-

mado “seqüestro de carbono” – uma vez que a introdução da idéia de cotas de emissões de carbono a serem negociadas no mercado internacional ainda está longe de virar realidade.

O senador por Rondônia explicou que a proposta que vem sendo debatida nos fóruns in-

ternacionais consiste na possibilidade de os países desenvolvidos, ao serem obrigados a reduzir seus níveis de emissão de gases na atmosfera, poderem comprar, de nações em desenvolvimento, certificados de Redução de Emissões de Carbono.

João de Araújo



NEGÓCIOS Valdir Raupp considera prematuro aderir ao “seqüestro de carbono”



DEVASTAÇÃO João Alberto diz que o rio maranhense é vítima da poluição e do desmatamento

João Alberto: Rio Mearim pede socorro

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu providências para socorrer o Rio Mearim, no Maranhão, que está morrendo, vítima da poluição e do desmatamento. Segundo o senador, as matas ciliares do rio foram destruídas, os peixes se esgotaram, o leito foi assoreado e os afluentes poluídos.

Conforme João Alberto, é preciso intervir, com urgência, com vistas a preservar e restabelecer o valor do rio para o Maranhão e para o Brasil. Ele pediu providências ao governo federal, ao Ministério do Meio Ambiente e aos órgãos responsáveis pela preservação dos mananciais de água doce.

Defesa do Judiciário

O senador protestou, ainda, contra a ameaça de investigação no Judiciário brasileiro por autoridades da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo João Alberto, a ONU é um fracasso, servindo apenas de biombo para proteger os interesses dos Estados Unidos, que querem escravizar outros países. Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) considerou uma intromissão indevida nos assuntos internos brasileiros a proposta de investigação do Judiciário por parte de funcionários da ONU.

Simon elogia conferência sobre recursos hídricos

Porto Alegre sedia Fórum Internacional das Águas, em busca de soluções para os desafios do futuro

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a realização, em Porto Alegre, do Fórum Internacional das Águas, que termina amanhã. Iniciativa da Associação Riograndense de Imprensa, com o apoio dos governos estadual e municipal, o evento foi aberto na quarta-feira e integra o calendário oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu 2003 como o Ano Internacional da Água Doce.

– O fórum representará, sem dúvida, um marco na agenda pública internacional de debates sobre meio ambiente – disse Simon.

O encontro dedica-se especialmente à discussão sobre o Aquífero Guarani, gigantesca reserva subterrânea que abran-



POSIÇÃO Pedro Simon pede a urgente construção de políticas para os recursos hídricos

ge parte dos territórios do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Conforme o senador, o fórum é importante para que sejam propostas às autoridades medidas que evitem problemas de poluição e uso descontrolado desse manancial.

Segundo Simon, mais de um bilhão de pessoas não tem acesso a água limpa e esse nú-

mero pode aumentar nos próximos anos, caso não sejam tomadas providências urgentes.

No Brasil, de acordo com Simon, a água é ao mesmo tempo um patrimônio e um problema, já que, apesar de o país dispor dos maiores recursos hídricos do mundo, regiões como o semi-árido nordestino têm a sua produção comprometida pela falta do recurso.

Para o senador, o governo brasileiro precisa dedicar maior atenção ao tema. Ele lembrou o “apagão” que atingiu grande parte do país em 2001 e o racionamento de água que algumas cidades brasileiras, como São Paulo, devem enfrentar neste ano.

– A água é vital para o desenvolvimento, especialmente na agricultura. É urgente, portanto, a construção de políticas que estimulem o uso racional dos recursos hídricos e contribuam para a descoberta de novas fontes de armazenamento e fornecimento desse bem – afirmou Simon.

Osmar Dias denuncia conflito no Paraná

Ao registrar que 22 colonos ficaram feridos em conflito ocorrido entre policiais federais e militares e agricultores que defendem a reabertura da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, o senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ontem em Plenário que apresentará aos governos federal e do Paraná um projeto técnico que viabilize a utilização da estrada e a preservação do parque.

Segundo o senador, a interdição da Estrada do Colono está sendo discutida na Justiça há várias décadas. De um lado, integrantes de organizações não-governamentais defendem o fechamento definitivo da estrada



POSIÇÃO Osmar Dias defende o uso da Estrada do Colono pelos agricultores paranaenses

da em nome da preservação ambiental do Parque do Iguaçu. De outro, agricultores das cidades próximas ao parque querem ter de volta a garantia

de utilização daquela via de acesso.

– A própria ministra (do Meio Ambiente) Marina Silva disse que o parque é patrimônio da Humanidade. Mas quando foi considerado patrimônio da Humanidade, a estrada já existia. E ninguém mais do que a população do entorno do parque é responsável pela sua preservação – afirmou Osmar Dias.

Para o senador, os 190 mil hectares do parque continuam preservados pela ação direta das comunidades das cidades vizinhas. Ele registrou que os próprios agricultores procuram plantar sem utilizar venenos para não poluir o Parque do Iguaçu.

Duciomar quer mais obras de saneamento

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) comentou em Plenário ontem o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) que classificou o saneamento básico no Brasil como um dos piores da América Latina. “São 70 milhões de pessoas vivendo sem água encanada, jogando esgoto em valões”, afirmou, lamentando o fato de Belém (PA) ter sido indicada pelo estudo como a capital com o pior serviço de saneamento no país.

De acordo com o parlamentar, de cada dez belenenses, só dois têm acesso a coleta e tratamento de esgoto. A posição ocupada pela capital causou estranheza a Duciomar, em virtude da recente liberação de US\$ 288 milhões para investimentos em saneamento básico e infra-estrutura.

A discrepância entre o volume de recursos liberados e a precariedade do serviço oferecido à população de Belém levou Duciomar a concluir que há uma “inexplicável ausência da preocupação da administração municipal em investir nessa área”. Por isso, ele decidiu apresentar emenda ao Orçamento da União de 2004 destinada a financiar obras de saneamento básico em Belém, com ênfase no bairro do Jurunas, o “menos saneado da capital menos saneada do país”.



VERBAS Duciomar apresentará emenda ao Orçamento da União para realizar obras em Belém

Magno Malta pede recursos para a PF

Magno Malta (PL-ES) apelou ao governo por uma solução para a falta de recursos que a Polícia Federal enfrenta no momento. O senador lamentou que essa situação tenha provocado a demissão de funcionários contratados, o não pagamento de contas telefônicas e o atraso na prestação de serviços.

Magno Malta disse ter consciência de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva herdou esse quadro e manifestou a sua certeza de que será dada toda a atenção ao problema. O senador ressaltou que valorizar a segurança pú-

blica não é gasto, mas investimento, lembrando que não é possível enfrentar o crime organizado sem uma polícia federal forte. O senador aproveitou para elogiar a atuação da Polícia Federal contra o crime organizado em seu estado, o Espírito Santo.

Em aparte, o líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que, com certeza, a solução virá dentro das possibilidades. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e João Batista Motta (PMDB-ES) se somaram ao discurso de Magno Malta pelo fortalecimento da Polícia Federal.



Magno Malta diz que é preciso garantir segurança

Almeida Lima defende acesso a atos oficiais

Almeida Lima (PDT-SE) pediu aos senadores apoio para aprovação de um projeto de lei que vai apresentar e que obriga o governo a dar acesso a todos os documentos e a todos os atos oficiais, como forma de acabar com a corrupção no país.

– Essa lei existe na Suécia desde 1716, no século 18, portanto, e foi implantada no México em 2001. O que constatamos é que o governo Lula manteve os mesmos níveis de corrupção dos governos anteriores, apesar das promessas de campanha – disse. Almeida Lima leu artigo do

jornalista Merval Pereira, em *O Globo*, que mostra as contradições do governo na área do combate à corrupção, atesta o descumprimento das promessas de campanha e cita todos os escândalos registrados nos nove meses do atual governo.

– A corrupção é um cancro que precisa ser extirpado, um câncer que corrói a sociedade, que vitima os pobres, os idosos, as crianças carentes. O governo tem de criar mecanismos que reduzam a corrupção – afirmou Almeida Lima, que citou casos de corrupção na Prefeitura de Aracaju (SE), administrada pelo PT.



Almeida Lima: nível de corrupção permanece

Tebet critica declarações da comissão da ONU

Senador quer nota de repúdio a sugestão de se enviar especialista para investigar Judiciário brasileiro

Ao criticar a sugestão da relatora especial da Comissão de Direitos Humanos para Execuções Extrajudiciais, da Organização das Nações Unidas, a paquistanesa Asma Jahangir, de que a ONU envie especialistas para inspecionar a Justiça do Brasil, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ontem que o Senado emita nota de repúdio às declarações.

Tebet manifestou solidariedade ao Poder Judiciário e cumprimentou os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, do Tribunal



SOLIDARIEDADE Ramez Tebet apóia protesto dos presidentes de tribunais superiores

Superior do Trabalho, Francisco Fausto, e do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves, por terem protestado contra as declarações da comissão da ONU. O senador considerou a sugestão da funcionária como descabida, infeliz e inoportuna.

Na avaliação de Tebet, o Brasil tem, sim, problemas em várias áreas, inclusive no Judiciário, mas o próprio país, por ser independente, soberano, maduro e democrático, tem capacidade e está se esforçando para resolvê-los. Ele acrescentou que as dificuldades que o Brasil enfrenta podem ser encontradas em muitos outros países do mundo, inclusive nos considerados desenvolvidos.

– Junto a minha voz de repúdio à de todos os outros senadores que me antecederam. Mas também é preciso fazer justiça: nenhum grande órgão de imprensa disse que o Executivo estaria de acordo com essa inspeção. Quando se lê a reportagem inteira, o que está registrado é que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declara que o Judiciário brasileiro não é o dos nossos sonhos.

Arthur Virgílio estranha apoio de Lula a recomendação

O fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter aceito a recomendação da relatora das Nações Unidas para execuções sumárias, Asma Jahangir, de que a ONU envie uma equipe para inspecionar o Poder Judiciário brasileiro, foi repudiado por Arthur Virgílio (AM) em nome do PSDB. O senador considerou descabido o conselho da relatora e achou estarrecida a atitude do presidente.

Virgílio afirmou que os poderes estão funcionando e dispensam esse tipo de ajuda que provoca apenas humilhações ao país. O senador disse que o fato demonstra

mais uma incoerência do governo, referindo-se a outra notícia do jornal *O Globo*, segundo a qual o Executivo recusou-se a receber o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil produzido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, por considerar a medida como uma ingerência externa.

O senador assinalou que o governo usou dois pesos e duas medidas para o mesmo tema. Perguntou se o presidente aceitou a recomendação da relatora por considerar que o Poder Judiciário não está funcionando ou se isso ocorreu porque o presidente ainda está zangado com



INCOERÊNCIA Virgílio aponta contradição em atitudes do presidente da República

o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa.

– O presidente está errado porque abre uma exceção, justamente ele que se vangloria de defender a soberania nacional.

Alvaro espera harmonia na relação entre Poderes

Apesar de repudiar as declarações da relatora da ONU, Asma Jahangir, o senador Alvaro Dias (PDT-PR) afirmou que o episódio demonstra um certo estremecimento nas relações entre o Executivo e o Judiciário do país. Ele fez um apelo no sentido de que os ânimos sejam arrefecidos para que não se comprometa a convivência entre os dois Poderes.

– Se é lamentável o procedimento dessa relatora especial, incompreensível mesmo é a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao concordar com essa investigação. Lembro que há poucos dias o presidente declarou à imprensa que não trataria da questão dos direitos humanos de Cuba por não achar certo colocar sua colher nos assuntos internos daquele

país. Mas o presidente também advertiu que não admitiria que outros países colocassem sua colher nos assuntos internos do nosso país.

Em aparte, o líder do governo no Congresso, Amir Lando (PMDB-RO) condenou as declarações da relatora da ONU. Ele esclareceu que em momento algum o presidente da República manifestou-se favorável

ou contrário ao assunto. Ramez Tebet (PMDB-MS) e Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentaram as afirmações da comissão, enquanto Sibá Machado (PT-AC) chamou a atenção para a ambigüidade da questão, lembrando que de um lado está a soberania nacional e do outro a importância de respeitar a ONU como um órgão de arbitragem internacional.



PREOCUPAÇÃO Alvaro afirma que episódio demonstra que convivência está estremecida

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko